

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA NO ENSINO SUPERIOR – UM DEBATE EM CURSO**

**Dyane Brito Reis<sup>i</sup> (PPGE/UFBA)**

dyanereis@gmail.com

**Robinson Moreira Tenório<sup>ii</sup> (PPGE/UFBA)**

rmtenorio@uol.com.br

**Resumo** - Este trabalho de Pesquisa está sendo desenvolvido no PPGE/UFBA, em nível de Doutorado, e tem como objetivo avaliar como as Políticas Institucionais de Permanência têm sido elaboradas e/ou incorporadas pela Universidade Federal da Bahia e analisar o significado material e simbólico desta Permanência. Neste sentido, trabalhamos aqui com a idéia de que as ações afirmativas não implicam somente no acesso de estudantes negros e/ou pobre ao ensino superior, mas é necessária a sua permanência, não somente a permanência material, mas também as condições de permanência simbólica.

**PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Acesso, Permanência**

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo busca trazer para o debate, uma reflexão sobre as ações afirmativas no que diz respeito ao acesso de negros ao ensino superior, mas a ênfase maior estará no que diz respeito à permanência, aqui entendida como uma política de ação afirmativa. Não é exagero dizer que o debate sobre as ações afirmativas se polarizou entre favoráveis e contrários ao sistema de cotas, cada qual com sua gama de argumentos e análises. Também não seria exagero afirmar que poucos temas relacionados à universidade e à vida acadêmica produziram tanta polêmica, não somente nos espaço intelectualizados, como também na sociedade mais ampla.

O debate sobre as ações afirmativas faz rever crenças e pressupostos que sustentam a identidade brasileira, sobretudo a idéia de democracia racial. O debate sobre cotas, por sua vez, traz à tona a possibilidade da quebra de privilégios, uma vez que apenas um segmento social tinha possibilidades de acesso a todos os cursos – sobretudo os mais nobres- da Universidade. Não se pode negar que o nível Universitário (NU) ainda é um distintivo social de estamento.

Pois bem, as ações afirmativas em geral e o sistema de cotas em particular inauguram um novo momento na história das relações raciais no Brasil. No âmbito da educação, podemos mesmo afirmar que ele é um divisor de águas; temos a Universidade antes das cotas e a Universidade pós

cotas. Interessa-nos neste artigo este segundo momento, mas sem perder de vista a articulação entre ele e o momento que o precede.

Desde o ano de 2002<sup>iii</sup> as Universidades públicas brasileiras vêm implementando, de modo variado, uma política de acesso diferenciada a determinadas categoriais sociais e/ou étnicas e raciais, mas e agora? Sete anos após a implementação do primeiro sistema de cotas, questionamos como a Universidade tem absorvido estes estudantes e garantido sua permanência? As Universidades têm implementado políticas Institucionais de combate ao racismo e a discriminação? Existem políticas institucionais que ampliem o acesso à pesquisa e extensão? É em torno destas questões que elaboramos as reflexões que se seguem.

## 1- EM BUSCA DE UM CONCEITO

São muitos os estudos na área das relações raciais, cotas e ações afirmativas, mas pouco se tem discutido e/ou escrito sobre permanência e isso torna este trabalho um tanto mais difícil, assim precisamos buscar inicialmente a etimologia da palavra e encontramos que o substantivo permanência, deriva do latim *permanentia* e se constitui no ato de permanecer, significa, portanto, perseverança, constância, continuidade.

Segundo algumas pesquisas (BLACKBURN; 1997) permanecer é uma terminologia introduzida por Mark Johnston – filósofo australiano - do Século XX, para esclarecer um antigo contraste. O termo é ainda descrito por David Lewis em “The Plurality of Worlds” (BLACKBURN; 1997), segundo ele: “uma coisa persiste se e somente se, existe ao longo do tempo, assumindo partes temporais diferentes ou estágios em tempos diferentes, ainda que nenhuma dessas partes esteja completamente presente em mais do que um momento temporal”. A persistência corresponde ao modo como uma peça dura no tempo. Observe que se delinea aqui uma associação entre permanência e persistência por um lado, e uma relação direta entre permanência e tempo, por outro. Com relação á primeira associação, voltaremos a este ponto mais tarde, buscaremos inicialmente, discutir a relação tempo-permanência.

Em uma acepção filosófica comum, permanência é a propriedade de ser temporalmente contínuo e ter partes temporais. Kant vai expressar esta relação entendendo a permanência como tempo; duração. Para este filósofo, os três modos do tempo são: a permanência, a sucessão e a simultaneidade. Interessa-nos aqui este primeiro estado, sem, contudo, esquecermos a relação entre a permanência e os dois outros.

Na primeira analogia da experiência enunciada no princípio de permanência da substância, Kant afirma que em “toda a variação dos fenômenos permanece a substância e o quantum da mesma não é nem aumentado e nem diminuído na natureza” (Crítica da Razão Pura; p. 73) ou ainda:

Por conseguinte, essa qualquer coisa de permanente, relativamente à qual todas as relações dos fenômenos no tempo são necessariamente determinadas, é a substância do fenômeno, isto é, aquilo que existe nele de real, e aquilo que permanece sempre o mesmo, como “substratum” de toda mudança. E como esta substância não pode mudar em sua existência, sua quantidade na natureza não pode nem aumentar nem diminuir.(p.91).

Neste argumento, o filósofo trata de expor a idéia de que o permanente serve de substrato para determinação da existência de fenômenos no tempo, isso não é outra coisa senão o permanente do fenômeno, portanto a substância. Dito de outro modo, uma matéria poderá passar por uma transformação, entretanto, a sua substância (matéria permanente) permanece durante toda a mudança. A **permanência** expressa em geral, o tempo como o correlativo constante de toda existência de fenômenos, de toda mudança e de toda simultaneidade. Deste modo, vai dizer Kant, a mudança que se opera “não se refere ao tempo em si, mas só aos fenômenos no tempo”. Segundo Kant, a mudança é, pois, um modo de existir que resulta, num outro modo de existir, do mesmo objeto. (1788; p. 91)

Se trouxermos esta noção para a discussão da Permanência na Universidade, a relação, ou analogia, que fazemos é a de Permanência enquanto um *continuum* através dos tempos e que determina a perpetuação do fenômeno. Ou seja, propomos uma definição de permanência, **como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares**. Permanecer não pode ser entendido aqui, como o simples ato de persistir apesar e sob todas as adversidades, mas a possibilidade de continuar estando dentro; estando junto; estando “*in*”. Já que segundo Kant, *só pelo permanente recebe a existência, nas diferentes partes da série sucessiva do tempo, uma quantidade que se denomina duração*. E esta duração implica em um reconhecimento também pelo outro.

Ser reconhecido, ser visto pelo outro é a condição da existência simbólica: “eu só existo se o outro me reconhece”. E se o outro me reconhece como legítimo, aumentam as minhas chances de

fazer parte, de estar junto. Tomo de empréstimo aqui a noção antropológica proposta por Maffessoli (1995), segundo a qual *estar junto* implica em uma busca por usufruir dos bens deste mundo, neste caso específico, do mundo acadêmico. Além disto, o estar junto antropológico busca aquilo que Foucault chamou de “cuidado de si”, ou seja, “buscar no quadro reduzido das tribos”; encontrar o outro e partilhar com ele algumas noções e sentimentos comuns ou ainda como nos afirma Lahire (2004; P. 18) as condições de existência são antes de tudo as condições de coexistência. Assim sendo, o nosso conceito de permanência possui uma relação direta com a coexistência dos indivíduos em primeiro lugar e sua existência em segundo. Vamos aqui então, chamar a coexistência de permanência simbólica e a existência de permanência material.

### 1.1- A *permanência simbólica*.

E por que falarmos em permanência simbólica?

As políticas de acesso ao ensino superior trouxeram a presença maciça de estudante pretos e pobres a cursos que historicamente não se observava esta “nova presença” - não podemos perder de vista o fato de que os vestibulares foram instituídos no Brasil para excluir pessoas, a partir da adoção de um mecanismo simples e perverso de barreira baseado no número de vagas e na “nota ou ponto de corte”. Após a implementação do sistema de reserva de vagas, muitos estudantes ingressos por este sistema foram identificados como “aqueles que entraram pela janela” ou que “tiraram a vaga daqueles que tinham o *mérito natural* para estar ali”. Este ambiente hostil encontrado na Universidade reverberou, muitas vezes, nas falas dos docentes. Como falar, então, em permanência de um grupo social que sequer fazia parte (simbolicamente) daquele espaço. Mas, como afirma Junqueira:

Onde quer que lógicas discriminatórias do ponto de vista racial tenham sido postas em prática, a representação e a identificação do “outro” nunca constituíram um ponto pacífico, e muitos dos seus potenciais alvos souberam empreender estratégias criativas para tentar escapar delas ou, senão, pelo menos, afrouxar-lhes as amarras (2007; P.21).

No ambiente Universitário isto não foi diferente e *estratégias criativas* para permanecer foram criadas. Tais estratégias vão da pacificação ao enfrentamento. Dito de outro modo, ou estes estudantes manipulam suas imagens a fim de *parecer o menos cotista possível* e assim se integrar de algum modo aos grupos universitários ou se criam estratégias de enfrentamento a este racismo Institucional. Não raramente estes estudantes reúnem-se em grupos chamados de “negros universitários” e reivindicam para si a possibilidade “fazer parte” de ter direito á experiência universitária em todos os seus âmbitos.

### 1.2- *A permanência material*

Embora o verbo Permanecer (por ser intransitivo) não peça um complemento, o ato de permanecer estudando precisa de um complemento material – que pode ser definido nas condições de subsistência. Este é o pressuposto da existência na Universidade e em uma perspectiva marxista é também o primeiro fato histórico, ou seja, “a produção dos meios que permitam que haja a satisfação das necessidades, a produção da propriedade material” (MARX e ENGELS, 2007; p. 53).

Entendemos que o desafio da Permanência Material do estudante na Universidade – sobretudo na Pública em que as lacunas infra-estruturais obrigam os estudantes a comprarem até mesmo parte dos equipamentos e materiais didáticos e operacionais - é algo que se põe a todo o corpo discente, marcadamente àquele mais pobre e, sobretudo, no caso dos cursos em que se requerem a compra de equipamentos de alto custo (Odontologia, Medicina, Direito) além da dedicação exclusiva. Mas é necessário se pensar que para o estudante cotista<sup>iv</sup>, por sua história de vida econômica, o desafio para assegurar a sua permanência e a formação de qualidade (participação em atividades de pesquisa e extensão) é muito maior.

Este cenário que caracteriza a permanência e que começa a se desenhar nas Universidades Públicas brasileira pós-cotas, faz com que estudantes negras e negros aspirantes a um diploma universitário tenham que fazer frente á inúmeras e agudas dificuldades que não podem ser desprezadas nas pesquisas sobre a permanência bem sucedida destes estudantes, ou como se

costuma chamar em sociologia da educação; a longevidade acadêmica destes estudantes ou ainda suas trajetórias bem sucedidas.

## 2- PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: COMO ESTAS NECESSIDADES SE ARTICULAM?

Entendendo a permanência como uma continuação, estando junto, fazendo parte, nos parece óbvio que ela não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo. Também precisa ser pensada como uma política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica de alunas e alunos negros, com vistas à conclusão do seu curso e, quiçá, a sua entrada em um Programa de Pós Graduação. Há algum tempo, Gomes (2006) vem discutindo que as políticas de ações afirmativas já existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos jovens na Universidade, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil. Isso reforça a demanda pela implementação das cotas raciais, em conjunto com programas e projetos de permanência. Não é suficiente, afirma Gomes, “abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica” (2004; p. 258).

Um estudo publicado em 2004 pelo Observatório Universitário da Cândido Mendes revelou que “25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito” (PACHECO & RISTOFF, 2004, p. 9). Uma efetiva democratização da educação requer, certamente, políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Após a implementação do sistema de reserva de vagas nas Universidades Públicas Brasileiras, pôde-se observar um elevado número de estudantes pretos, pobres e de origem escolar pública, que ultrapassaram as barreiras e ingressaram na Universidade. Grignon e Gruel (apud ZAGO; 2006) apontam estudos que traçam um quadro bastante detalhado de vários aspectos da condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e

hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer. Reconhecendo os limites da teoria da reprodução, argumentam os autores que uma pesquisa representativa do conjunto da população de estudantes permite observar diferentes dimensões do êxito e do fracasso, e os efeitos cumulativos da escolarização anterior. Da mesma forma, outros sociólogos e educadores (QUEIROZ: 2000; GUIMARÃES: 2003) vêm pesquisando as formas marginais de inserção de estudantes no ensino superior, reforçando a *tese dos excluídos do interior*, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 2001).

Se não basta ter acesso ao ensino superior, é um erro considerar as políticas de ação afirmativa, dado o seu conceito, apenas como cotas na Universidade. Evidentemente cabe a discussão sobre o acesso, incluindo aí as escolhas pelo tipo de curso, mas também as condições materiais para o estudo, quais sejam transporte, alimentação e aquisição de textos e livros (permanência material), bem como as condições de inserção ou de sobrevivência no sistema de ensino, que aqui denominamos *permanência simbólica*.

Em pesquisa realizada com estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas, observamos relatos de grande parte deles sobre o ambiente hostil dentro da sala de aula, assim como práticas discriminatórias pelas quais negros são percebidos de modo negativo no plano de suas possibilidades intelectuais. Nos chamados cursos nobres, atitudes como estas são, notadamente, mais freqüentes. Trata-se aqui da humilhação social, que de acordo com Gonçalves Filho é um tipo de angústia disparada a partir do enigma da desigualdade. A idéia de enigma remete à dificuldade subjetiva em decifrar uma mensagem misteriosa a que pessoas mais pobres ou estigmatizadas estão continuamente sujeitas em diferentes contextos sociais: “você são inferiores!”. A humilhação social é um sofrimento provocado pelo impacto psicológico dessa mensagem enigmática e representa a impossibilidade de ser reconhecido como um igual (GONÇALVES FILHO, 1998).

Dentro de um ambiente que desqualifica sua identidade racial ou que põe em cheque sua capacidade ou mérito em estar cursando uma Universidade, estes jovens recorrem a práticas de resistência que vão da passividade ao enfrentamento agressivo, passando mesmo pela tentativa de



branqueamento, através da negação da sua cor ou da manipulação dos símbolos da chamada negritude (cabelos alisados, roupas “discretas”, etc.). Não se pode desconsiderar a passividade, o enfrentamento ou mesmo a tentativa de branqueamento (através da manipulação do corpo) como uma forma que estes estudantes encontram não de permanecer, mas de persistir, e aqui volto a reafirmar a diferença que faço entre estes conceitos. No caso deste último, trata-se de continuar sob todas as adversidades, mas isto não significa estar junto; pertencer ou mesmo fazer parte.

Ressalto ainda, no que tange á identidade racial, que muitos destes jovens, por sua história familiar ou do seu grupo social não se vêm como negros ou negras. Isto é uma descoberta propiciada pela construção de uma auto estima positiva, conhecimentos teóricos sobre a questão racial, laços afetivos e contatos com professores e intelectuais negros. É esta interlocução e o debate que poderá promover a reflexão e até mesmo a mudança. Esta reflexão pode ser comprovada a partir do relato de experiência, ao nosso exitosa, de Gomes (2004) sobre o Programa de ações afirmativas da UFMG, segundo a pesquisadora o contato com intelectuais negros e as discussões acerca da questão racial tem permitido a afirmação da identidade negra, além de uma melhoria no desempenho escolar. Somados, estes fatores contribuem para a construção de uma auto estima positiva.

---

<sup>i</sup> Socióloga; Mestre em C. Sociais; Doutoranda em Educação pelo PPGE – UFBA; Bolsista CAPES

<sup>ii</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Educação UFBA; Orientador desta Pesquisa

<sup>iii</sup> A primeira Universidade brasileira a admitir o ingresso diferenciado por cotas raciais, a UERJ, instala o sistema no vestibular de 2002, após Conferência de Durban na África do Sul.

<sup>iv</sup> As cotas são para alunos que possuam uma ou todas estas características: baixa renda; oriundo do sistema público de ensino, afro descendente; índio-descendente ou índio aldeado.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BLACKBOURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Zahar Editores. 1997. 448Pp

GOMES, Nilma Lino. MARTINS. Aracy Alves (Orgs). **Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na Universidade**. Minas Gerais: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. SECAD, Brasília. 2006.

GONÇALVES FILHO, J.M. **Humilhação social** – um problema político em Psicologia. Psicologia USP, São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 11–67, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.118, p. 247-268, mar., 2003.

JUNQUEIRA, R. D. **Prefácio**: LOPES, Maria Auxiliadora. BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Versão eletrônica do livro disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>. (acessado em junho de 2008)

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares – as razões do improvável**. Editora Ática, 2ª Ed. 2004.

MAFFESOLLI, M. **A contemplação do Mundo**. Porto Alegre, Artes e Ofícios Editora. 1995.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Editora Martin Claret. São Paulo. 2007.

---

PACHECO; Eliezer. RISTOFF; Dilvo I. **Educação superior**: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdades Raciais no Ensino Superior**: A cor da UFBA. Novos Toques, Salvador. 2000.

ZAGO, Nadir. **Do Acesso á Permanência no Ensino Superior**: Percurso de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação. V.11 N.32, Maio/Agosto 2006.